



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



32

Discurso na cerimônia comemorativa do aniversário de 50 anos da Federação Nacional das Empresas de Seguro Privado e de Capitalização

RIO DE JANEIRO, RJ, 27 DE AGOSTO DE 2001

Meu caro João Elísio Ferraz de Campos, Presidente da Fenaseg; Governador Anthony Garotinho; Governador Jaime Lerner; Senhor Senador Edson Lobão, Presidente interino do Senado Nacional; Senhores Ministros de Estado tão numerosos, aqui presentes, que mostram a força da Fenaseg, nem sempre consigo reunir tantos; Senhor Renato Campos Martins Filho; Senhores Senadores, Parlamentares, Líderes do Governo; Senhoras e Senhores,

Quero, em primeiro lugar, agradecer esse convite da Fenaseg, que me deu a oportunidade de comparecer a essa cerimônia e de compartilhar a alegria e a satisfação de todos aqui presentes pela celebração de meio século de presença no cenário econômico-financeiro brasileiro.

E queria acrescentar que, quando se vê que é uma empresa centenária, aqui presente ativamente, quando se vê a homenagem que é prestada àqueles que há tanto lutam na área dos seguros, se deve, também, entender o quanto este país, realmente, está caminhando e o quanto está fincado em suas raízes. Não é fácil ter empresas sob a direção da mesma família durante 100 anos. Isso é prova de eficiên-

cia, isso é prova de competência. Não é fácil ver empresas que têm demonstrado, como algumas das aqui citadas, a sua capacidade de ajustarem-se às condições das mais cambiantes do mundo e do Brasil. Portanto, com muita satisfação, estou neste encontro.

E é claro que aqui, também, se celebram os avanços acontecidos no Brasil, que, nos últimos anos, permitiram um horizonte mais positivo, mais tranquilo, com mais estabilidade, que não é apenas econômica, que é fundamental, mas que é política, que é da sociedade, e visa a um horizonte de maior tranquilidade para a sociedade. Isso tem muito a ver com o próprio tema da segurança e dos seguros. Todos nós aspiramos a ter um horizonte mais tranquilo. E na medida em que nós fomos capazes, neste nosso país, de modificar certas práticas, como a inflação -- que aqui já foi mencionada --, que é injusta, espoliativa, que tira o dinheiro dos mais pobres, quando nós conseguimos fazer isso, vê-se que este país avançou. E avançou porque permite, precisamente, descortinar o futuro, ter o planejamento de mais longo prazo, ter mais segurança, ser um país, portanto, que possa ser melhor para todos. No nosso caso, era muito difícil, como nós sabemos, eliminar essas incertezas geradas pela inflação, porque ela já se havia incorporado ao cotidiano e através da indexação tinha conseguido encurtar os nossos horizontes temporais. Quando a inflação começa a se enraizar, num dado momento cria um ciclo vicioso, que é perpetuado pela própria idéia de indexação. Houve um momento em que aqui, no Brasil, houve quem se orgulhasse de uma invenção brasileira, que era a indexação. Pobre invenção. Ainda bem que não foi só nossa, mas conseguimos acabar com ela. A indexação e a inflação começam por ser anuais, depois são mensais, depois são diárias e, quando são diárias, é ruim na sociedade. São os pobres os que mais pagam. Não são os únicos a pagar, porque, mesmo aqueles que têm a capacidade de defender mais os seus recursos não têm possibilidade de planejar a mais longo prazo. E, portanto, acaba havendo um horizonte de muito curto prazo que não é compatível com a possibilidade de um avanço sustentado da economia e, portanto, não compatível com a prosperidade de longo prazo.

Agora, com a estabilidade, temos exatamente um efeito contrário, temos um horizonte de tempo maior, um alargamento no horizonte do tempo que permitiu, de novo, o planejamento das empresas e do Governo, mas, quiçá, o mais importante, do próprio consumidor, que pode planejar o seu recurso, o seu gasto, e pode, portanto, sentir-se também mais seguro na vida cotidiana. Isso, talvez, seja mais importante até para uma nação do que as outras dimensões dessa estabilidade.

Isso também leva a uma atitude mais favorável, mais voltada para a poupança e para o investimento, que são a base, obviamente, do crescimento de um país. Quando a inflação está corroendo os salários, o mais racional é gastar logo que se recebe, no primeiro dia. Atitude racional é o desperdício, é gastar. Quando a atitude racional é o desperdício, nós temos uma situação verdadeiramente patética, porque o desperdício é o oposto, na verdade, da racionalidade.

Quando há estabilidade é o contrário. O consumidor sabe que não precisa se apressar para gastar. Ele pode refletir, esperar a melhor oferta, ter melhor confiança. Ele tem confiança na moeda, e isso é fundamental. E hoje, apesar dos avatares, as dificuldades a cada esquina do tempo, nós nos encontramos, de novo, com alguns obstáculos e temos que saltá-los. Apesar disso, já existe uma certa noção da importância da moeda. Isso é mais do que simplesmente uma dimensão econômica, uma dimensão da vida. É um valor, é o reconhecimento de que é necessário ter uma referência estável e que permite, portanto, uma ligação maior com o próprio cotidiano e um planejamento mais efetivo. Isso foi o que aconteceu nestes últimos tempos no Brasil.

Desde 1995, aqui já foi dito, esse setor teve um crescimento anual de 16% na arrecadação de prêmios. E chegou no ano de 2000 a um montante de 32 bilhões de reais e, especialmente na área de previdência privada aberta, com uma taxa anual de quase 50%. Taxa anual de 50% é qualquer coisa de invejável. E as provisões técnicas cresceram 30% ao ano, como já foi dito aqui, e alcançaram um patamar de 30 bilhões de reais. A relação prêmios/PIB no mercado de seguro era de 1%, passou a ser de 3%. Ou seja, em cinco ou seis anos, triplicou. Se houvesse um

processo semelhante em outros setores do Brasil, na produtividade, por exemplo, nós estaríamos mais felizes do que estamos.

Não há dúvida, portanto, de que vocês todos estão de parabéns, desde os pioneiros, desde aqueles que são os organizadores das empresas que, hoje, têm um porte enorme, até os que foram se incorporando e ingressando neste setor. Estendo esses parabéns à Fenaseg e a todos que trabalham nela. Vê-se que há aqui uma oportunidade de crescimento.

Acredito que o que houve de significativo também nesse processo todo, que incentivou esse crescimento, foi o fato de que nós temos novas seguradoras. E não só nacionais, mas também estrangeiras, em associações com as empresas locais e, às vezes, com aquisições de empresas daqui. É curioso notar que essa participação cresceu bastante. Ela passou de 6 a 7% em 96 para 30%. É uma diferença muito importante. É claro que nós damos as boas vindas às empresas que aqui vêm para progredir junto. Mas o mais significativo é que isso não se fez a expensas do crescimento das empresas nacionais. Houve uma expansão muito grande. Houve a possibilidade de as empresas nacionais também crescerem. Não seria de comemorar se houvesse uma substituição de empresas nacionais por empresas estrangeiras, se não houvesse, ao mesmo tempo, o ímpeto também no setor das empresas nacionais, de tal maneira que o crescimento possa ser equilibrado e que a indução de novas tecnologias e mesmo de montantes de capital e capacidade de avaliação de risco vindo das empresas estrangeiras tenham servido para aguçar ainda mais a vontade de trabalhar e a capacidade de realização das empresas nacionais.

É claro que houve muito avanço. Mas também é verdade que há um potencial imenso de ampliação do setor de seguros. E os indicadores são bastante eloquentes. Pelos dados que me chegaram, vê-se que o Brasil ainda ocupa uma posição bastante modesta no ranking mundial de seguros. Em economias bastante menores que a nossa – Finlândia, Áustria, Irlanda –, nós temos uma posição que não é vantajosa. Para não falar de países como a Espanha, cujo potencial é mais ou menos equivalente ao nosso.

E isso, ao mesmo tempo que nos dá um sentimento de que não fizemos tudo, dá um outro sentimento, o de que podemos fazer. Há muito campo ainda para avançar. Os êxitos alcançados, em geral, no Brasil, na economia e na sociedade brasileira, não podem servir de motivo para cruzarmos os braços. Eles têm que servir de motivo para nós querermos ainda mais. E queremos crescer ainda mais.

É de notar que, na previdência aberta, essa discrepância ainda é maior. Isso mostra, portanto, que nós temos que trabalhar muito. Mesmo quando se compara com países que têm uma renda *per capita* muito mais elevada que a renda *per capita* brasileira, as comparações têm que ser sempre tomadas “com um grão de sal.” Não podem ser tomadas pela numerologia apenas. Mas, de qualquer maneira, existe aí um incentivo para que nós continuemos a crescer.

Creio que essas dificuldades, essas possibilidades estão todas aí. Mas nós ouvimos algumas referências a certos setores que requerem uma atenção muito especial. As dificuldades na Previdência Social se tornaram mais evidentes. Elas sempre existiram. Elas não surgiram com a estabilidade. Estavam se agravando. Mas, agora, nós estamos vendo, também, que temos alguns problemas a serem enfrentados. A mudança da pirâmide etária é algo patente no Brasil.

Ainda recentemente, há poucas semanas – eu não pude estar presente, eu estava no Chile – o Vice-Presidente Marco Maciel me representou e me reportou o que aconteceu numa reunião de demógrafos na Bahia. Se nós olharmos com atenção, as modificações da pirâmide etária e também das taxas de crescimento são muito grandes. A tendência de estabilização da população vai ser muito mais rápida do que se imaginava. E não é só um fenômeno brasileiro, é um fenômeno mundial. E não é só um fenômeno dos países ricos, é um fenômeno que está ultrapassando os países ricos. Isso vai ter efeitos, naturalmente, sobre a capitalização, sobre as necessidades de atenção na questão da previdência e sobre a lógica mesmo do sistema previdenciário.

No nosso caso, sobretudo no sistema previdenciário público, ficou patente que a nossa irresponsabilidade foi muito grande e que ainda temos que desenvolver muitos mecanismos para que, efetiva-

mente, a previdência privada possa ser complementar à previdência pública; e para que a previdência pública tenha um equilíbrio atuarial que não a faça tão custosa para o conjunto da sociedade. Há muitos problemas, portanto, para nós avançarmos.

Avançamos numa outra etapa, numa etapa em que já existe, hoje, no Brasil, pelo menos um embrião de uma cultura de responsabilidade fiscal e de seriedade no manejo das contas públicas. Nós precisamos, não obstante, continuar avançando.

Talvez eu pudesse resumir a mensagem que quero deixar aqui com os Senhores, no sentido de dizer que nós precisamos continuar reformando. O Brasil não pode se conformar com o que já alcançou, porque falta muito a fazer e precisa de mais mudança.

Vejo com freqüência críticas às mudanças, críticas à privatização, críticas às reformas. É o oposto. Nós precisamos de mais, não de menos. Não uma reforma impensada, não da privatização a torto e a direito. Mas em muitos setores nós temos que avançar mais. Não avançamos suficientemente. Esse que é o repto que nós temos. Temos que continuar a reforma, Reforma do Estado, o fortalecimento da Previdência Social, um outro modelo, uma visão que permita a existência de uma compatibilidade entre o setor público e o setor privado. Mas ou nós reequacionamos tudo isso e damos maiores saltos ou, então, os avanços obtidos com o Plano Real, com a estabilização institucional e econômica, não vão ser suficientes para fazer face às demandas do tempo presente. Precisamos continuar com um ímpeto muito grande nessa matéria.

Vimos aqui que temos hoje mais de 100 bilhões de reais na previdência fechada e 13 bilhões na previdência aberta. É claro que isso é bastante, mas é insuficiente. Tomara que cheguemos, efetivamente, a poder contar com 20% do PIB, aí sim nós vamos ter alguma coisa significativa para que nós possamos encarar o futuro com mais tranquilidade, com mais serenidade e mais confiantes na nossa capacidade de levar adiante as transformações de que o País necessita.

Esse talvez seja o outro desafio que está ainda por se consolidar como forma de caminhar no Brasil, que é, efetivamente, aumentar a

poupança doméstica. Não vamos poder continuar a avançar com o ímpeto necessário se não abreviarmos os mecanismos que facilitem a formação da poupança doméstica no Brasil.

E a ação dos seguros, das empresas de seguro é ação indispensável neste momento. Se queremos mais reformas, se precisamos de mais ímpeto para continuar avançando, temos que ter coragem para deixar de usar a retórica como se fosse a substituta da lógica. Temos que ter coragem para sermos lógicos. Não é fácil, no nosso país, muitas vezes, dizer as coisas como elas são, como elas devem ser, com lógica. É mais fácil dar a impressão do que dar, realmente, uma explicação. Mas precisamos ter coragem e integridade pessoal, intelectual, política de não mentir, de dizer o que é necessário fazer, mesmo quando desagrada, mesmo quando, em um dado momento, isso pode levar a resistências. Temos que ter essa coragem para poder avançar. Temos que entender que um dos gargalos mais sérios que ainda temos no Brasil é a insuficiência da nossa poupança doméstica.

Obviamente, acabei de me referir ao fato de que nós precisamos complementar nossa poupança doméstica com investimentos externos. Mas é complementar, não é substituir. Até porque não é substituível a poupança doméstica pelo investimento externo. Basta olhar a proporção do que é o investimento externo e do que é a poupança para verificar que a inversão não apenas não seria positiva para o País como é impossível, em termos práticos. Precisamos ter mais coragem para avançar.

É por isso que temos contribuído para a regulamentação do setor da Previdência. É por isso que, com a generosidade característica do João Elísio, ele se refere ao fato de que, quando Ministro da Fazenda, em 94, eu já me preocupava com essa questão, porque me preocupava com a questão do crescimento econômico, com a questão do desenvolvimento do País, que é condição necessária, embora não suficiente, para o bem-estar da população, para o bem-estar do povo brasileiro.

E avançamos em algumas áreas. Aprimoramos a regulamentação do setor e estamos continuando a tentar avançar. A própria Susep implantou um sistema de regulamentação que, no âmbito da Améri-

ca Latina, possivelmente, está à frente dos demais países. Estar à frente dos demais países também não é suficiente. Temos que estar ao lado dos mais avançados. O Brasil tem que ter essa vocação de grandeza, a vocação de não se conformar porque avançou um pouco. Tem que olhar, sempre, o muito mais que pode fazer. Não obstante, creio que a Susep avançou nesta matéria de regulamentação.

Quebramos o monopólio. Mas, de fato, não. De fato, não, porque, de fato, ainda temos pendentes ações no Judiciário. É preciso ter a coragem também para dizer que o Judiciário não pode, pura e simplesmente, deixar de julgar. Uma das sensações mais desagradáveis no nosso país, que é a da impunidade, deriva do fato de que os nossos processos não terminam nunca. E isso dá a sensação – na verdade, mais do que a sensação, é um fato – da impunidade. No caso aqui, não se trata de impunidade, mas se trata de uma postergação de decisões. Decida-se: a favor ou contra, mas decida-se. Os aplausos mostram que a sociedade sabe o que precisa ser feito. Mas é preciso que se diga, com tranquilidade, sem afrontar nenhum outro Poder. Aliás, o meu Poder é afrontado todo dia, e, de vez em quando, posso arranhar os outros também. Mas não é o caso. Não é o desejo. Sei, também, que não é uma questão pessoal. É que o nosso sistema processual é de tal maneira complexo, a nossa legislação é tão complexa e as nossas práticas também são tão, digamos, renitentes da decisão rápida que acaba sendo rotina o não decidir. A pior situação a que pode ser levado um país é a não-decisão.

Mas o fato é que, a despeito de tudo isso, a despeito do que nós estamos vendo, há problemas ainda, como os aqui mencionados. Haveria muitos outros mais – sei que os senhores têm um jantar, não quero poupá-los do gosto e do prazer de estarem convivendo ao redor da mesa. Tenho o hábito de falar demais. Já me estou contendo o que posso. Não quero mostrar-lhes uma infinidade de outras dificuldades porque não é o meu objetivo mostrar as dificuldades. Meu objetivo é outro: é felicitá-los, mostrar que estão avançando, que já avançamos alguma coisa, mas é preciso avançar muito mais.

Também queria dizer que nós, aqui, temos um ponto, que foi mencionado na Carta do Rio, que me parece essencial e que passou a ser, eu diria, quase um bom lugar-comum no Brasil. Qual é o lugar-comum? É que, quando se fala de desenvolvimento, de capitalização, de crescimento da economia, regras para melhorar a capitalização, regras para isso e para aquilo, nunca se deixa de fazer pelo menos uma referência à questão da desigualdade; pelo menos uma referência à questão social. Isso é fundamental.

Para levarmos adiante esses projetos que já estão em marcha no Brasil, precisamos, realmente, reafirmar esse sentimento, que é o que legitima a possibilidade de uma ação num país tão desigual, de uma ação no âmbito do favorecimento da atividade econômica. Ela só se justifica e só se legitima quando, realmente, tem a consciência de cidadania, quando tem a consciência da sua responsabilidade social.

Pode parecer banal que a Carta do Rio termine por fazer uma referência dessa natureza. Mas não é banal. Ela passou a ser quase norma em todos os encontros brasileiros – quase norma – e, muitas vezes, aparece sob a forma de cobrança ao Governo. Mas, na verdade, não é uma cobrança ao Governo. É uma cobrança a cada um de nós, porque uma questão dessa magnitude não se resolve senão através de mecanismos de coesão social, mecanismos de ação, que seja uma ação interativa, que ultrapasse os limites estreitos da vida estatal e que não fique apenas na vida da empresa, mas que inclua o conjunto da sociedade, através das novas formas, que são múltiplas, de interação do chamado “terceiro setor”, da participação mais aberta de todos os segmentos da sociedade. Mas essa consciência, que, hoje, se torna cada vez mais forte no Brasil, é a prova provada, se posso dizer assim, de que não queremos só estabilidade. Nós apenas sabemos que sem estabilidade não vai haver o fim da desigualdade, mas queremos que a estabilidade seja o fundamento para o fim da desigualdade.

E para que eu não faça retórica, também quero fazer uma pequena elaboração sobre desigualdade e a expressão um tanto precipitada que usei de fim da desigualdade. Nós ainda estamos lutando, no

Brasil, por um processo que é, talvez, anterior a esse, que é o combate à pobreza. E, muitas vezes, quando se está combatendo a pobreza e quando se apresentam dados de avanços no combate à pobreza, sempre é possível levantar uma objeção: "Mas a desigualdade não diminuiu". E é verdade. Só que, para que possamos diminuir a desigualdade com propriedade, o fundamental é olhar que estamos diminuindo a pobreza, porque senão a igualdade pode ser feita à custa de um empobrecimento e não de um enriquecimento. E, aí, passa a ser uma arma de dois gumes perigosa, para dizer: "Olhe, não melhorou nada, porque a desigualdade aumentou." Não. Melhorou, se a pobreza diminuir. Além de diminuir a pobreza, é mais positivo, além disso, diminuir a desigualdade. Mas o fundamental é diminuir a pobreza, como condição para que possamos ter uma diminuição da desigualdade que não seja, como existe em muitos países da África, por exemplo, em que a igualdade está aumentando porque a pobreza está aumentando em todas as camadas. Aí a igualdade aumenta. Ou, ao contrário, como nos países mais ricos da Europa e nos Estados Unidos, onde também a desigualdade está aumentando, mas por um outro fator: porque todos estão crescendo. Só que os mais ricos crescem mais depressa.

Aqui, no Brasil, temos que fazer com que os mais pobres cresçam mais depressa, mas que todos cresçamos, porque não temos riqueza suficiente para, simplesmente, ter igualdade a expensas só dos que já têm alguma coisa. É preciso continuar produzindo, continuar poupando, continuar investindo, continuar enriquecendo e, ao mesmo tempo, criando políticas ativas – a principal das quais em educação e acesso à propriedade da terra – para que, ao mesmo tempo, se produza uma situação de maior igualdade e, ao mesmo tempo, se combata a pobreza.

Este é o nosso outro desafio fundamental. Não é só continuar reformando, não é só ter fé no futuro, não é só termos a consciência das nossas tarefas e a coragem de dizer como elas são, sem usar a retórica. Mas é, também, a de nós, como aqui foi feito, a todo instante entendermos que o grande desafio nosso é de combater a pobreza e trans-

formar essas formas todas de capitalização e de crescimento em formas efetivas para aumentar o bem-estar de toda a nossa população.

Vi esse espírito aqui. E eu sabia que existia esse espírito. Esse é o significado da presença do Presidente da República, não apenas como pessoa, amigo de tantos de vocês, mas institucionalmente, para saudar o fato de que existe a Fenaseg e que existe gente que esteja, ao mesmo tempo, trabalhando pelo desenvolvimento do Brasil, no plano econômico, mas que nunca há de perder esse sentimento muito agudo da necessidade de combate à pobreza e de forte coesão social.

Muito obrigado.